

ENTRE A INFRINGÊNCIA POR ERRO E POR PROJETO: UM ESTUDO SOBRE A MARCA “PRÓXIMA”

Stéfano Grizzo ONOFRE
Universidade Federal de São Carlos
tefo42@hotmail.com

Resumo: A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas de Antoine Culioli teoriza a atividade de produção de significação deflagrada pelo agenciamento das marcas linguísticas. Nesse contexto, a produção e o reconhecimento de textos são resultado de um trabalho do sujeito enunciador. Desse modo, a enunciação é uma atividade ininterrupta, pois o sujeito enunciador deve equilibrar-se a todo o momento diante de si próprio e do outro. Essa espessura dialógica revela a indeterminação das marcas linguísticas; ou melhor, revela que a determinação é um ponto provisório sempre sujeito a revisão e reformulação.

A tese de indeterminação da linguagem faz com que polarizações clássicas como denotação e conotação, língua e linguagem, errado e certo se tornem insustentáveis. Tal orientação teórica leva-nos a questionar se uma ocorrência linguística do termo “próxima”, em contexto de deslocamento enunciativo, pode apenas ser relacionada ao eixo enunciativo, e, se em ocorrências em que o termo “próxima” aparece no eixo enuncivo, ela é uma ocorrência que transgride regras de boa formação do enunciado, revelando, portanto, um sujeito enunciador não criativo, o qual desconhece o uso correto dos mecanismo enunciativos. O estabelecimento dessa distinção precisa entre o uso correto e o uso deslocado de uma marca linguística é sugerido por Fiorin. A recuperação dessa discussão de Fiorin levanta problemas do ponto de vista da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, qual seja, a impossibilidade de colocar etiquetas de usos aceitáveis e inaceitáveis quando se considera a dinamicidade dos processos de predicação.

Acreditamos que repensar deslocamentos enunciativos sob a perspectiva da enunciação culioliana apontam caminhos para uma nova contextualização do modo de se compreender esse fenômeno no ensino/aprendizagem de produção e interpretação de textos.

Palavras-chave: Linguagem; Enunciação; Teoria e Análise Linguística; Ensino e aprendizagem.

1 Introdução

Os termos infração por erro e infração por projeto deflagram um ponto de partida preciso para a presente discussão. Paradoxalmente, esses termos podem também desorganizar essa precisão. Nesse ponto, encontramos-nos em diálogo direto com a proposta da enunciação culioliana: a linguística como uma disciplina que tem por objetivo apreender a linguagem por meio das línguas naturais. O erro, o acerto, a criatividade, projeto, infração etc., abrem um leque de problemas que ultrapassam o domínio da linguística, ou seja, evocam questões de linguagem e não apenas de língua. O desafio está, então, em tratar da questão da infração por erro e por projeto sem dissolver o eixo temático da discussão, a articulação entre língua e linguagem. Isso implica em encontrar essa problemática na língua sem a exclusão de elementos complexos como as categorias de tempo, espaço e pessoa; categorias, estas, responsáveis por não reduzir as marcas linguísticas a meras etiquetas de valores semânticos prontos.

As marcas linguísticas, nessa reflexão teórica, não podem ser consideradas, de antemão, como determinadas. Assim, regras de uso determinadas historicamente não influem diretamente em uma ocorrência. Isso significa que embora um termo linguístico tenha uma história de emprego, não é sempre que essa história pode ser recuperada de modo claro. As marcas linguísticas registram esquemas de uso que podem sofrer novas combinações e novas organizações. No contexto enunciativo, o que se reconhece tradicionalmente por determinação histórica depende também de uma ocorrência, de uma formatação singular que deve ser sustentada incessantemente por sujeitos em diálogo.

A gramática tradicional, mesmo transmitindo uma sensação de fixidez, tem a necessidade de ser reafirmada por inúmeros estudos gramaticais. A presença de uma grande variedade de descrições linguísticas mostra que a história de uma marca não pode ser apenas a somatória de valores cristalizados que são acessados sempre que um sujeito a utiliza. A plasticidade da linguagem mostra-nos que sempre haverá um jogo entre valores genéricos (representações compartilhadas por um grupo de sujeitos) e valores singulares (representações sujeitas à variação e às situações singulares de emprego).

A língua comporta, então, a determinação e a indeterminação. Na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas a determinação advém da manifestação de noções¹ em uma materialidade linguística e a indeterminação da necessidade de fragmentação dessa noção em forma de predicados. Essa operação é a quantificação de uma qualidade, ou seja, os textos orais e escritos são traços de operações de linguagem corporificadas em um sistema de referência linguístico. Assim, na palavra vaca são arrolados, virtualmente, todos os tipos de ocorrências possíveis da noção ser vaca (A r ()). Apenas a fragmentação (quantificação) dessa noção pelo empírico possibilita a existência de uma noção qualitativa do que é vaca. Por exemplo, as ocorrências *A vaca pasta no campo*, *A vaca dá leite*, *A vaca é um animal sem penas*, *A vaca é um mamífero* demonstram que a noção vaca inclui tudo o que pode ser predicado como vaca. Ao derivar os possíveis predicados de vaca encontramos apenas algumas ocorrências típicas da noção vaca. Se o trabalho com a linguagem tomar como válido apenas as ocorrências típicas de uma noção, perdemos a alteridade, o impossível, as ocorrências diferenciais que reorganizam uma representação, que, na verdade, por uma relação de alteridade, garantem a própria identidade de uma noção. Ocorrências que soam estranhas como, por exemplo, *A vaca é uma mulher* são imprescindíveis para a reorganização de uma noção. Elas trazem a ideia de que é apenas o que não é vaca que pode garantir tudo o que está na noção ser vaca. Além disso, essas ocorrências podem ser validadas em contextos

¹ Uma massa de fenômenos que Culioli diz ser um conjunto de associações semânticas estabilizados pela experiência. Essas cadeias são elaboradas de diversas maneiras, por exemplo, pela atividade onírica ou emblemática, por imagens etc. A noção propõe a articulação entre o linguístico e o não linguístico. A noção é uma representação sem materialidade, ou uma representação em que a materialidade não é acessível ao linguista.

precisos de uso, como, por exemplo, *Aquela mulher é uma vaca*. Esse predicado ainda estaria relacionado a ocorrências típicas da propriedade típica do animal vaca? Saberíamos ainda identificar a origem histórica do uso da palavra vaca em relação à mulher? Talvez até possamos reencontrar essa origem histórica, mas o interessante da linguagem é que mesmo desconhecendo a origem, o termo pode comportar os valores particulares do emprego dessa noção. Isso atesta para a inexistência de uma relação simétrica entre propriedades psico-físico-culturais e uma noção. Portanto, colocar como determinada uma relação entre tais propriedades e uma marca linguística é apenas um ponto provisório, um ponto de chegada, o qual, de modo extremamente fugaz, advém de todo um trabalho linguageiro praticamente excluído das reflexões linguísticas tradicionais.

2 Sobre o conceito de Noção

O conceito de noção nos dá meios para afastarmo-nos da etiquetagem de categorias linguísticas que consideram as formas linguísticas como um decalque ou da realidade ou de uma representação estável das formas linguísticas. Segundo Culioli²:

Se a relação assimétrica entre produção e reconhecimento não existisse, se os textos se limitassem a sequências em que a composição linear bastasse, se se trabalhasse com blocos materiais munidos de sentidos estáveis, estocados na memória, nos quais falta apenas o encadeamento para produção do texto e da significação, o todo recuperável e interpretável pelo ouvinte na outra extremidade, tudo seria simples; mas basta que se observe o que efetivamente acontece para constatar que esse quadro é equivocado, salvo em casos em que o linguista trabalha com um conjunto restrito de textos assépticos, nos quais o vocabulário, a sintaxe, as entonações, as situações são trituradas com o propósito de facilitar a vida do dito linguista. (CULIOLI, 1999a, p.18)

Desse modo, o conceito de noção nasce de uma dupla necessidade: teórica e metalinguística. Culioli (1999a) ressalta uma série de concepções filosóficas que discutem a questão entre a mente e a matéria e transpõe essa discussão para o campo linguístico. Ressaltamos um dos filósofos que Culioli (1999a) cita. Culioli (1999a) traz uma passagem de Spinoza na qual o filósofo discute que os seres humanos possuem noções que são essenciais para o funcionamento da mente. Essas noções não são, portanto, idênticas em todos os indivíduos. Assim, um indivíduo que está admirado com a estatura dos homens o definirá como um animal ereto; para outros indivíduos, admirados com outras propriedades, homem será definido de outro modo, por exemplo, homem é uma criatura dotada de riso. Spinoza encerra esse argumento colocando a seguinte questão³: não é então a admiração que levou os filósofos a explicar as coisas naturais apenas por meio das imagens das coisas responsável por gerar um grande número de controvérsias?

Segundo Culioli (1999a) a noção supre nossas representações do mundo e, além disso, permite a extração de suas propriedades gerais. Essas operações mentais podem ser preenchidas por inúmeras experiências gerando, portanto, as diferentes imagens do mundo que Culioli (1999a) mostra por meio de Spinoza. Dessa forma, um sujeito depara-se sempre com a seguinte situação; por um lado, ele está ancorado a formas linguísticas munidas de regras relativamente estáveis, que garantem a comunicação; por outro, essas formas linguísticas permitem que ele reorganize a todo o momento suas ideias. Logo, o sujeito não está livre mas também não está restrito. Esse fato revela-se importante porque o ensino de produção e interpretação de textos pode se beneficiar com uma teoria que mostra que as formas linguísticas só possuem propósito no nível enunciativo, que envolve a relação

² Tradução livre da passagem em francês.

³ Fizemos uma paráfrase da passagem original.

intersubjetiva. Um enunciado, portanto, é responsável por deixar traços das relações enunciativas. Assim, a história de uma cultura deixa sua marca nas formas linguísticas, mas essas marcas podem ser submetidas a todo o momento a revisão e a mudanças tanto formais quanto culturais.

Tendo em vista que o conceito de noção apela para o dinamismo e o processo, Culioli (1999) formula o emprego da noção pautado na topologia. O emprego da topologia possibilita o uso metalinguístico desse conceito.

Não vamos expor, neste artigo, como a formalização da noção é empreendida. Por outro lado é importante ressaltar que toda palavra remete a um centro organizador. Toda palavra precisa de um polo de referência que se situa numa tensão entre a experiência do sujeito e algo compartilhável entre sujeitos. Desse modo, o polo de referência é móvel e pode ser deslocado conforme a atividade de linguagem atua nas situações enunciativas.

3 A infringência por erro e por projeto

Tendo em vista a complexidade que há quando buscamos determinar as noções de errado, certo, infração, projeto e criatividade etc., é mais proveitoso não manifestar nenhum juízo de valor sem antes analisar as ocorrências linguísticas. Mesmo após analisadas as ocorrências, qual o ganho, para o contexto de ensino e aprendizagem, em apenas identificar-se os problemas de um texto? Esse tipo de procedimento beira o autoritarismo, mesmo que de modo imotivado. Quando se está diante de um texto problemático, muitas vezes, desconsidera-se o sentido que ele produz. Dessa forma, o erro situa-se mais em relação à composição ortográfica de um enunciado ou em relação à concordância de gênero e número e menos no efeito que ele produz, seja este qual for. Mas quando uma construção linguística, mesmo estando de acordo com uma padronização gramatical, não gera um efeito de sentido aceitável, parece que não há nada para ser dito. Quando se manifesta algo a respeito do texto dos alunos, as explicações para o motivo do erro apelam para uma desqualificação do sujeito de carne e osso responsável pelo texto. São afirmações do tipo: a pessoa que produziu o texto X não conhece a gramática de sua língua. Tal modo de qualificar o texto do aluno apela para a introspecção e o psicologismo. Isso ocorre porque é difícil separar o localizador origem de um enunciado do sujeito de carne e osso no mundo. Essa separação radical, porém, pode levantar outro problema: o apagamento de qualquer opinião sobre o texto. A postura que compete à Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas não se traduz nem em um engajamento radical, nem em um distanciamento neutralizador de qualquer opinião.

Para pontuar melhor a discussão, recuperamos uma análise de Fiorin (2005) que ilustra a dificuldade que é encontrada ao se tentar estabelecer um juízo de valor para o deslocamento enunciativo deflagrado pela marca “próxima”.

Fiorin (2005) propõe em sua obra inúmeras análises linguísticas de textos literários dando ênfase aos deslocamentos enunciativos. Por exemplo, há deslocamento enunciativo em uma ocorrência como (1) **O presidente** fará o possível para melhorar a situação econômica do país quando se identifica que a sequência **O presidente** é equivalente ao sujeito enunciativo origem da enunciação. Se se imagina um contexto em que o próprio presidente produz esse enunciado, a sequência **O presidente** tem o valor do pronome Eu. Por outro lado se o enunciativo não se identifica com **O presidente**, poder-se-ia trocar a noção em negrito (1) **O presidente** fará o possível para melhorar a situação econômica do país pelo pronome (2) **Ele** fará o possível para melhorar a situação econômica do país. O que se verifica é que o deslocamento é válido apenas quando o **Ele** é equivalente ao **Eu** subjacente a todo enunciado, nesse caso, então, a noção nominal assume o valor do pronome pessoal Eu: (3) O presidente fará = [**Eu farei**] o possível para melhorar a situação econômica do país. Essa operação Fiorin (2005) nomeia de embreagem enunciativa. A embreagem é responsável pela troca de um valor

por outro. A embreagem está ancorada no mecanismo de debreagem. Esta última é responsável por instaurar em um texto as categorias de pessoa, espaço e tempo. Como nenhuma pessoa, espaço e tempo são realmente as instâncias enunciação: “A debreagem consiste, pois, num primeiro momento, em disjuntir do sujeito, do espaço e do tempo da enunciação e em projetar no enunciado, um não-eu, um não-aqui e um não-agora” (FIORIN, 2005, p.43). Portanto, a debreagem é responsável pelos efeitos de objetividade e subjetividade.

Fiorin (2005), ao caracterizar operações enunciativas como deslocamentos, demarca que quando a sequência **O presidente** é compreendida como um sujeito distinto do sujeito enunciador, ou seja, quando Fiorin (2005) mostra que a sequência **O presidente** tem um valor de terceira pessoa (O presidente [= ele] fará o possível para melhorar a situação econômica do país), a sequência está em seu sentido natural, correto, denotativo etc. A teoria culioliana assume a indeterminação radical, por esse motivo não há um valor primeiro na atividade de linguagem, e sim uma possibilidade nova a cada situação enunciativa. Na reflexão da teoria culioliana não se pode qualificar o sentido da ocorrência (1) como primeiro e o da ocorrência (3) como deslocado.

A questão do trabalho de Fiorin (2005) que nos interessa é a distinção entre um texto que usa esse mecanismo de forma “correta” e outro que o utiliza de forma “errada”. Essa distinção aparece denominada como “erro por desvio” e “erro por projeto”. Tal distinção é levantada na discussão sobre a subversão do tempo, pela qual Fiorin (2005) estabelece as relações temporais e as neutralizações de um tempo linguístico por outro. Para justificar essa questão, o autor recorre aos conceitos de embreagem e debreagem e conceitua a neutralização temporal da seguinte forma: “Ora, quando se neutralizam termos da categoria do tempo, o efeito de sentido que se produz é o de que o tempo é pura construção do enunciador, que presentifica o passado, torna o futuro presente, etc.”(Fiorin, 2005, p. 191). Para discutir essa observação, o linguista apresenta dois exemplos que transcrevemos abaixo, que se caracterizam, respectivamente, por representarem uma ocorrência por erro e outra por projeto:

a) No dia 13, terça feira, freqüentei uma única sessão, cujas comunicações versaram sobre morfossintaxe; às 9:00h, Características formales y funcionales del sintagma em el sistema de la lengua espanhola, de M. Dominguez, da Espanha; não houve a **próxima** [= seguinte] comunicação por ausência do pesquisador (X, Relatório científico encaminhado à FAPESP, 24/4/1993, p.13). (Fiorin, 2005, pg. 192-193, grifo nosso).

b) Vá jantar logo comigo em Santa Tereza, disse Palha ao despedir-se. Não tem que hesitar, lá o **espero** [=esperarei] (MA, v 1, p. XXIII), (Fiorin, 2005, p.193, grifo nosso).

No primeiro caso, (a), o autor diz que se trata de um erro, uma vez que nada justifica o uso de “próxima” por “seguinte”, enquanto no segundo caso, (b), explica que “o emprego do presente pelo futuro do presente mostra que, para o interlocutor, a presença do interlocutário em Santa Tereza não era vista como algo possível, mas certo.”(Fiorin, 2005, p. 193).

Para Fiorin, o texto (b) é válido porque existe, no contexto da ocorrência, uma marca temporal que permite a identificação de um tempo verbal sendo usado no lugar de outro. Já o texto (a) vale-se do sistema enuncivo e a passagem para o enunciativo não gera nenhum efeito de sentido. Essa é a explicação linguística para a infração por erro no texto (a) e para a infração por projeto no texto (b). A explicação de Fiorin (2005) parece desconsiderar a possibilidade de se identificar a troca de um tempo por outro, no texto (a), como significativa. Se essa troca de “próxima” por “seguinte” não gerasse efeito de sentido não seria possível a compreensão de que a palestra ocorreu no passado e de que a marca “próxima” também é

compatível com o eixo enuncivo. O uso da marca “próxima” não compromete a compreensão do enunciado (a), pois podemos observar que o “próxima”, em alguns casos, substitui o valor da marca “seguinte”, porém em outros casos a substituição compromete o sentido:

c) Devagar, cruzou a linha de chegada em 13º, uma posição atrás do companheiro Piccolo. “Agora, estou pensando na próxima corrida, em Mônaco”, afirmou Nguyen após a prova.

Não houve **próxima** corrida. A BCN, que já tinha demitido três pilotos até então (Mazzacane e o espanhol Marcel Costa ainda na pré-temporada e Scasselatti após a prova de Imola), percebeu que Nguyen não tinha muito mais bala no cartucho e não teve a menor cerimônia em mandá-lo embora sem mais nem menos⁴.

No exemplo (c) o enunciador também parte do eixo enuncivo e insere a marca “proxima” para situar a corrida posterior em relação à fala do piloto Nguyen. Mas, novamente abre-se um dilema, podemos condenar o uso de “próxima” no enunciado, mostrando que há a troca de um tempo por outro, ou podemos manter o uso de “próxima” alegando que “próxima corrida” é uma retomada direta da fala de Nguyen. Pelo uso do “próxima corrida”, o enunciador mistura o tempo da fala de Nguyen, situado no eixo enuncivo porém reportado como se estivesse no eixo enunciativo, com o tempo da enunciação. Essa mistura de tempos gera um efeito no qual o enunciador desmonta as expectativas do piloto que, após sua enunciação, foi frustrada por conta de sua demissão.

A observação de Fiorin (2005) sobre a diferença entre os textos (a) e (b) é válida, porém, pode instaurar outro tipo de categorização: de que a subversão nos textos literários sempre é consciente, e de que a subversões de textos de alunos sempre é desvio, erro ,etc . Além disso, essa postura pode enveredar a análise linguística para uma análise do sujeito no mundo. Tal procedimento pode acabar desviando o propósito do estudo linguístico, qual seja, o de explicar porque um texto é bom ou por que um texto é ruim sem demarcar traços da personalidade quem o escreveu. Essa situação é extremamente complexa, porque, por um lado, não se pode negar que o texto remete a algumas características do sujeito de carne e osso, por outro, falta competência ao linguista para proceder nesse tipo de análise. O modo que Fiorin (2005) encara o embate entre o texto artístico e texto escolar parece considerar apenas a parcela mais geral do problema: o texto artístico tem um projeto e usa conscientemente a língua já o texto escolar não. Mas todos os textos que se enquadram no gênero literário merecem o lugar de exceção? Além disso, o texto escolar não tem intenção de gerar efeitos de sentido? O propósito desses questionamentos não é borrar a diferença existente entre o texto literário e o texto escolar, mas simplesmente deixar claro que existem operações de linguagem similares tanto em um como em outro. Além de existir operações de linguagem similares, existe também, em todo texto, uma intenção de significação que pode ser reconstruída, seja ela explícita ou não. Vignaux (1988) tem uma afirmação interessante sobre a argumentação que pode ser transposta para a questão de intenção de significação presente em um texto. Ele afirma que todo texto pode ser considerado argumentativo, no sentido de que traduz a necessidade do sujeito de afirmar uma impressão, um saber, uma visão, ou seja, uma representação de uma situação ou de um domínio determinado. Se a argumentação traz sempre a necessidade de se afirmar algo, podemos inferir que ela também sempre traz uma intenção. Um texto sempre traz um agenciamento de marcas que revela suas operações. O que podemos julgar é apenas a representação do texto e o ensino ganharia mais

⁴ Excerto extraído do site: <<http://bandeiraverde.com.br/tag/formula-holden/>>. Acesso em 26 de abril de 2012.

se trabalhasse com as representações infratoras tentando explicar essas intenções que se instauram em textos deslocados.

Tendo em vista a consideração de Vignaux poderíamos, ainda, afirmar que o texto (a) não possui nenhuma intenção de sentido e o texto (b) sim? A análise de Fiorin (2005) é pouco satisfatória, do ponto de vista do contexto de ensino e aprendizagem. O modo de definir a diferença entre (a) e (b) parece recair sobre um julgamento, que não pode ser sustentado, apenas do ponto de vista linguístico. Com isso queremos dizer que a presença ou ausência de intenção não pode ser o parâmetro para diferenciar as expressões dos alunos das expressões artísticas. O que o linguista identifica é o desvio de um padrão. Esse desvio é acessado pelo fazer teórico, ou seja, pelas glosas e pelas noções psíquicas e culturais que o linguista consegue extrair do texto. Mas o desvio, em alguns casos, instaura problemas complexos cuja demarcação entre “certo” e “errado” fecha possibilidades de diálogo entre domínios heterogêneos como a arte e a linguagem do cotidiano. As relações de tempo, a troca de um tempo por outro não são mecanismos exclusivos da linguagem literária.

Fiorin (2005) aproxima as ocorrências por meio de um mecanismo presente tanto na linguagem literária quanto na linguagem comum. O deslocamento enunciativo é identificado e definido por uma generalização derivada de inúmeros exemplos. A generalização dos mecanismos de embreagem e debreagem não apaga a interação singular entre as noções de um enunciado. Fiorin (2005) compara ocorrências com mecanismos similares, porém, deflagrado por marcas linguísticas diferentes. A marca “próxima” possui um funcionamento singular. Por meio da manipulação de alguns exemplos com a marca “próxima”, mostramos que o texto (a) instaura uma relação de difícil definição entre o eixo enunciativo e o eixo enuncivo.

4 Noções envolvidas na marca “próxima”

Os enunciados⁵ a seguir possuem algumas ocorrências da marca “próxima”:

- (1) Tem um comportamento **próximo** ao da irmã.
- (2) O acidente, ainda **próximo**, não lhe saía da cabeça.
- (3) Mandê chamar o **próximo** da fila!

Podemos extrair dois funcionamentos nocionais da marca “próxima”. Nos exemplos (1) e (2) podemos identificar um funcionamento esquemático similar nos dois enunciados. Para que esse valor seja extraído do enunciado é preciso reconhecer um pré-construído que o termo próximo instaura. No enunciado (1), a noção de comportamento põe em relação uma comparação entre dois possuidores do comportamento. A marca “próxima” estabelece uma relação localização entre duas noções de comportamento, o comportamento de alguém e o comportamento da irmã. No enunciado em questão a marca “próxima” assume um valor parecido com o operador de localização \in . Culioli (1990) mostra que a localização possui três valores indistinguíveis: identidade, pertencimento e inclusão. Apenas a manipulação dos enunciados nos faz perceber quais valores do operador \in estão em jogo, por esse motivo que esse operador se diferencia dos operadores lógicos e matemáticos.

A noção de comportamento instaura a possibilidade de recuperação da noção de identificação como em <José tem o comportamento de João>, conforme $x \in y = y \supseteq x$ ⁶, de onde tiramos que $x=y$. Por isso recuperamos a noção de identificação, no entanto, o comportamento de uma pessoa pode ser diferente do de outra e pode, também, ter um valor misto entre identificação e diferença. A noção de diferença para Culioli (1990) é instaurada

⁵ Exemplos extraídos do dicionário digital aulete: www.auletedigital.com.br/

⁶ x é localizado por y e y localiza x .

pelo operador invertido $\underline{\exists}$, pois quando João é o localizador e José é o localizado, conforme a relação $y \underline{\exists} x$, temos também que $y \neq x$. A inversão do enunciado <João tem o comportamento de José>, por menor que seja a diferença, tematiza José ao Invés de João. A relação pode ainda ser diferenciada por um enunciador, por exemplo, <Eu não acho que> <João tem o comportamento de José>. Nesse caso, o enunciador invalida a relação de identificação entre os comportamentos, embora ela ainda esteja presente no enunciado.

Afirmar que x é próximo de y é o mesmo que dizer que x está localizado em relação a y , mas o comportamento de x e y não pode ser equivalente, nem muito distinto um do outro. x deve possuir similaridades em relação a y , ao mesmo tempo em que x deve possuir algumas propriedades que o diferenciam de y , caso contrário haveria apenas diferença entre os dois, ou apenas igualdade. As operações de localização desempenham um papel fundamental nas ocorrências (1) e (2). No exemplo (2), a operação é mais complexa, mas ela atesta para o fato de que a marca “próxima” necessita de um pré-construído que coloque em relação dois argumentos. No enunciado (2) precisamos identificar os tempos do enunciado. Temos o tempo zero do enunciado, que notamos como t_0 e os tempos anteriores ao t_0 . Por manipulações parafrásticas dos enunciados extraímos que <alguém sofre o acidente>, logo, há o tempo do acidente que notaremos como t_1 ; o tempo posterior ao acidente, ou seja, o tempo de quem sofreu o acidente < o acidente ⁷ não lhe saia da cabeça >, que notamos t_2 . Os tempos t_1 e t_2 são colocados em relação pela sequência “ainda próxima”: que parafraseamos por <O acidente ainda está próximo para quem o sofreu>. O t_0 é o momento da enunciação em que se desenvolve o momento da fala. t_1 e t_2 são momentos anteriores ao momento da enunciação. Disso tiramos que $t_0 \neq t_1$ e $t_0 \neq t_2$. No momento anterior ao instante origem da enunciação (t_0) tiramos que $t_1 \neq t_2$. t_1 é o momento do acidente e t_2 é momento posterior ao acidente. Ao mesmo tempo em que há diferença entre t_1 e t_2 há também uma relação de pertencimento entre os tempos, pois ambos estão situados no passado em relação ao t_0 .

O acidente está localizado em relação ao sofredor do acidente. A relação entre o acidente acontecido e o sofredor do acidente mostra que embora o acontecimento esteja em um tempo passado, ele ainda perdura no pensamento da pessoa que sofreu o acidente. A marca “próxima”, no enunciado (2) é responsável por localizar dois momentos do acidente: o momento concomitante (t_1) e o momento posterior (t_2). Então, o t_1 situa-se em um passado distante e o t_2 em um passado recente. Disso concluimos que mesmo que t_1 seja diferente de t_2 deve haver uma identidade parcial entre os dois tempos. A marca “próxima” localiza t_1 e t_2 . Então, o momento posterior possui ainda uma intersecção com o momento concomitante, e o momento concomitante se diferencia do momento posterior. Podemos simplificar a relação mostrando que o tempo do acidente caminha para uma identificação com o momento posterior, mas essa identificação deve ser parcial para manter a diferença entre ambos os tempos.

No enunciado (3) a situação é diferente. O problema é saber como identificar a diferença das propriedades semânticas dos exemplos (1) e (2) em relação ao exemplo (3). O funcionamento nocional descrito para (1) e (2) não desaparecem da marca “próxima” no exemplo (3). O domínio nocional “ser próximo” remete novamente à relação de localização espaço-temporal, porém, instaura outra relação. Enquanto nos exemplos (1) e (2) a marca próxima funciona como um localizador de noções, no exemplo (3) a marca próxima funciona como uma noção que depende de localização enunciativa, pois revela a distância ou proximidade do enunciador em relação ao predicado que ele irá validar. O que vai acessar os funcionamentos distintos da marca próxima é apenas sua formatação em uma ocorrência

⁷ O interessante dessa ocorrência é que o acidente parece ganhar agentividade ao ser localizado como origem da lexis <acidente, sair, cabeça>. Pelas manipulações parafrásticas pudemos determinar que o acidente está terminado, no entanto, o acidente retorna incessantemente quando localizado no pensamento do sujeito do enunciado. Desse modo, o acidente tem a força necessária para entrar na cabeça do acidentado.

enunciativa. Em (3) recuperamos que ao invés de <alguém estar próximo da fila> temos que <alguém é o próximo>. Mas novamente necessitamos de uma localização, só recuperamos o interior da noção “ser próximo” se recuperamos o exterior da noção “não próximo”. Só podemos compreender a noção de próxima se estabelecemos que para x estar localizado no interior da noção “próxima”, houve a necessidade de se identificar seu exterior, que podemos preencher por anterior. O não próximo é o anterior e o próximo é posterior. Essa relação complexa revela outro pré-construído, isso atesta para fato de o dicionário digital aulete definir ocorrências de “próxima” similares às ocorrências de (3) como “aquele que vem em seguida”. Apenas encontramos o que vem em seguida se se recupera o que vem antes.

As ocorrências da marca “próxima” atestam para a existência de dois valores complexos que podem ser acessados pelas noções que estão em jogo. Poderíamos, ainda, cogitar a possibilidade de definir um funcionamento de “próxima” dos exemplos (1) e (2) pela ausência de um determinante, por exemplo, <Pedro e Maria são próximos>. Além disso, a adição de um intensivo tornaria a ocorrência melhor, <Pedro e Maria são muito próximos>. No exemplo (3), a presença de um determinante como em <José é o próximo da fila> nos levaria a uma ocorrência de “próxima” como a noção do “aquele que vem em seguida”. No entanto, essa diferenciação pela ausência ou presença de um determinante, não explicaria ocorrências como <Ajudar ao próximo é dever de todos>.

Concluimos que nos enunciados (1) e (2) a marca “próxima” acessa relações de identificação e diferença em outras noções, já, no enunciado (3), a marca “próxima” ganha um funcionamento nocional. No entanto apenas as relações à direita ou à esquerda, de outras noções, podem determinar qual dos funcionamentos a marca “próxima” desempenha na ocorrência.

5 Conclusão

Fiorin (2005) mostra que o exemplo (a) é deslocado porque “próxima” instaura um enunciador no eixo enunciativo e o tempo do enunciado está um eixo enuncivo. Mas, ao mesmo tempo, pela cascata de localizações do enunciado e por paráfrases recuperamos que o momento da palestra situa-se também no eixo enuncivo. O que verificamos é que a marca “próxima”, embora instaure o eixo enunciativo, ela pode sofrer ajustes e se instaurar em um lugar entre o eixo enunciativo e enuncivo, sem prejudicar as regras de boa formação do enunciado, segundo os parâmetros da enunciação culioliana. Além disso, a marca “próxima” trava relações com a marca “seguinte”, embora as duas mantenham usos diferenciados. Por exemplo, se em (a) invertêssemos a posição da marca <Não houve a palestra **próxima**> o enunciado seria mal formado. Se se colocasse “seguinte” antes de “palestra” <Não houve a **seguinte** palestra> o sentido do enunciado mudaria, pois se refere ao que será dito a seguir. Logo, a marca “próxima” pode recobrir parte do valor de “seguinte”. Mas dependo das noções envolvidas e da posição da marca no enunciado, deflagrada pela operação de localização, é possível acessar diferentes esquemas de uso de “próxima”. Poderíamos, então falar em “erro”, no uso de “próxima” no enunciado (a), se o sentido não é comprometido? É obvio que, diante da norma instaurada para o uso de “próxima” e “seguinte”, sim. No entanto, a diferença deve ser problematizada, pois há sempre ocorrências em que apenas a padronização não invalida lugares que são de difícil determinação entre o “errado” e o “correto”, como no caso do exemplo (c).

Bibliografia:

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: opérations et représentations. Paris: Ophrys, v.1, 1990.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: formalisation et opérations de repérage. Paris: Ophrys, v.2, 1999a.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: domaine notionnel. Paris: Ophrys, v.2, 1999b.

FIORIN, J.L. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 2005.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultix, 2006

Vignaux, G. **Le discours acteur du monde: énonciation, argumentation et cognition**. Paris: Ophrys 1988 p.243.